*DIVERSÕES PÚBLICAS — PODER DE POLÍCIA — TAXAS — COMPE-
TÊNCIA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS*

— Tanto a União, como os estados e municípios podem cobrar

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Empresa Cine Santo André Ltda. *versus* Fazenda do Estado
Agravo de petição n.º 191.375 — Relator: Sr. Juiz

ALVES BARBOSA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n.º 191.375, da comarca de São Paulo, em que é agravante Empresa Cine Santo André Ltda., sendo agravada a Fazenda do Estado, acordam os Juízes da Sexta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo, por votação unânime, conhecer do recurso (fls.) e lhe negar provimento, para confirmar, por seus fundamentos a sentença de fls., que bem apreciou e decidiu a relação jurídica controvertida. Custas na forma da lei.

1. Trata-se de ação executiva fiscal promovida pela Fazenda do Estado para cobrança de multa imposta pela Divisão de Diversões Públicas à agravante, no exercício de 1968.

2. A sentença (fls.) julgou-a procedente e condenou a executada a pagar a importância reclamada a fls., mais os juros da mora e as custas processuais.

3. Irresignada, agravou, de petição a vencida (fls.), alegando, em preliminar, haver falha na certidão de inscrição da dívida, que lhe teria dificultado a defesa. No mérito, insiste em declarar que a cobrança da taxa de alvará policial é ilegal. Conclui pedindo a reforma do julgado, mesmo “porque faltou a forma rígida pela qual se devem pautar as certidões de dívida ativa, tornando a que consta dos autos, pelo con-

flito com o processo administrativo que a originou, inservível para o fim visado” (fls.).

4. Em sua contraminuta (fls.), a exequente argui a preliminar de não conhecimento do agravo, por intempestivo. No mais, defende a confirmação da sentença.

5. Mantida a decisão agravada (fls.), subiram os autos.

6. A intimação da sentença teve lugar no dia 10.11.1972 (fls.), que caiu em sexta-feira. No dia 15 de novembro, feriado nacional, quarta-feira, realizaram-se eleições, seguindo-se os trabalhos de apuração. Ora, tendo o agravo dado entrada no protocolo na segunda-feira seguinte, dia 20.11.1972 (fls.), está rigorosamente dentro do prazo.

Conhece-se, destarte, do recurso.

7. Nega-se-lhe, entretanto, provimento.

A decisão de primeiro grau explicou cuidadosa e fundamentadamente a razão por que é de se repelir a objeção da executada relativa ao desacordo entre os valores constantes do apenso e da certidão de fls. (fls.). De se acrescentar, apenas, a inexistência de prejuízo para a executada que, não tendo dúvida sobre a natureza da cobrança, pôde defender-se com desenvoltura e até com brilho.

8. Dispõe o art. 18 da Emenda Constitucional n.º 1, de 17.10.1969 (Constituição Federal): “Art. 18. Além dos impostos previstos nesta Constituição, compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir: I — taxas arrecadadas em

razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.”

Por sua vez, o art. 77 do Código Tributário Nacional (Lei federal n.º 5.172, de 25.10.1966) diz: “As taxas cobradas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

São do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello estas oportunas palavras: “As três entidades jurídicas de capacidade política, União, estados e municípios desempenham atividades de polícia administrativa. O problema que se coloca é o de saber quais os campos em que incidirá a atuação de cada uma delas.”

E assim termina o seu bem cuidado estudo: “Deve-se, em conclusão, entender que a atividade de polícia administrativa incumbe a quem legisla sobre a matéria, ficando, todavia, claro que a competência legislativa da União sobre os assuntos relacionados no art. 8.º, não exclui competência municipal ou estadual, e, portanto, não exclui o poder de polícia destes, quanto aos aspectos externos à essência mesma da matéria deferida à União.

Haverá competência concorrente quando o interesse de pessoas políticas diferentes se justaponham. Assim, em matéria de segurança e salubridade pública, não é rara a ocorrência do fato. A legislação municipal que regula a expedição de alvará de licença para funcionamento de locais de divertimentos públicos prevê fiscalização também da segurança dos eventuais usuários.

Então, cumpre que a lotação da casa de espetáculos não exceda os limites compati-

veis com a segurança das pessoas que ali ingressam, que as portas de saídas dos cinemas não estejam obstruídas ou dificultando a vazão do público em momentos de emergência.

Já aos estados caberá manter a segurança do mesmo público, quando considerada sob outro aspecto. Assim, os guardas civis, agentes de serviço estadual de polícia de segurança, prevenirão e reprimirão tumultos e conflitos que ameaçam lesar ou lesem a comunidade e, pois, garantirão, também, a segurança dos indivíduos presentes nos locais de divertimentos públicos” (Apontamentos sobre o poder de polícia. In *RDP* 9/67-68).

O nosso Tribunal de Justiça já teve oportunidade de acentuar, embora por maioria de votos, que, “no pertinente à fiscalização de estabelecimentos de diversão pública, tem autoridade para exercitá-la não só o município, mas também o estado e, mesmo, a polícia judiciária” (*RT* 415/150).

Pode-se perfeitamente dizer, portanto, que no campo das diversões e dos espetáculos públicos, se reconhecem as atribuições da União e dos estados, não sendo estas privativas do município.

Na espécie, a decisão de primeiro grau esclareceu com precisão e apoiada não só nos fatos, mas também na doutrina, a legitimidade da cobrança levada a efeito pelo fisco estadual.

A Quarta Câmara deste Tribunal assim se expressou, em acórdão unânime relatado pelo eminente Juiz Batalha de Camargo: “Ao estado compete (como à União e aos municípios) arrecadar as taxas devidas aos serviços de sua competência, inclusive os desempenhados em razão de seu poder de polícia (Constituição, art. 18, n. 1).

O estado, efetivamente, mantém serviço de policiamento e de fiscalização em locais de diversão pública e que, outrossim, são imprescindíveis nos estabelecimentos de di-

versão explorados ou mantidos por particulares.

A taxa exigida pela autoridade impetrada, para execução desse serviço, está expressamente prevista em lei (Lei n.º 9.589, de 30.12.1966'' (*Julgados do Tribunal de Alçada Civil*. Publicação interna, XXIV/278-279).

Desta mesma maneira decidiu a egrégia e antiga Sétima Câmara desta Corte, em acórdão unânime relatado pelo ilustre Juiz

Márcio Bonilha (agravo de petição n.º 179.406, de São Paulo; julgado em sessão de 5.12.1972).

Em síntese: a decisão de primeira instância subsiste, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Tomou parte do julgamento o Juiz Marzagão Barbuto.

São Paulo, 13 de março de 1973. *Paula Bueno*, Pres. com voto. *Alves Barbosa*, Relator.